

O ESVAZIAMENTO DA CATEGORIA TRABALHO NA BNCC E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA

Ana Lucrécia Almeida¹; Carlos Venasio do Nascimento Rodrigues²; Eliomar Araújo de Sousa³; Daniele Kelly Lima de Oliveira⁴

¹Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil, E-mail: analucreciaalmeida@gmail.com

²Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
Bolsista FUNCAP PBPU, E-mail: venasioc@gmail.com

³Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
E-mail: eliomars014@gmail.com

⁴Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE) – Brasil
E-mail: dankel28@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo analisa as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação de pesquisadores em Pedagogia, sob a ótica do materialismo histórico-dialético. O problema central reside no esvaziamento da categoria "trabalho" como categoria fundante do ser social, essencial na tradição marxista, e sua substituição pelo trabalho alienado, reduzido a uma lógica de competências pragmáticas voltadas ao mercado. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Saviani (2013), Frigotto (2010) e Duarte (2016). Os resultados discutem como a fragmentação do ensino e a ênfase em conceitos como "resiliência" e "projeto de vida" operam como ferramentas de alienação, enfraquecendo intelectualmente a formação em pedagogia, reduzindo a pesquisa acadêmica a um instrumento de gestão técnica. Conclui-se que a BNCC subordina a formação humana integral aos interesses do capital, tornando imperativa a retomada do referencial marxista como práxis de resistência. A manutenção da ciência e da crítica na graduação é apresentada como condição necessária para que o pesquisador em Pedagogia atue no desvelamento das contradições sociais e na busca pela emancipação humana, contrapondo-se ao pragmatismo neoliberal que impera nas políticas educacionais contemporâneas.

Palavras-Chave: Marxismo. BNCC. Pedagogia. Formação de Pesquisadores.

Introdução

Ingressar na graduação em Pedagogia é, para muitos, o início de um sonho de transformação social através da educação. O estudante que escolhe esse caminho geralmente é movido pelo

desejo de fazer a diferença na vida de crianças e jovens, acreditando na escola como um espaço de luz e oportunidades. No entanto, ao avançar nos estudos, esse/a graduando/a percebe que pesquisar e ensinar são atos profundamente políticos. Não existe neutralidade no chão da escola: cada escolha curricular e cada método pedagógico refletem uma visão de mundo e um projeto de sociedade.

Atualmente, o cenário educacional brasileiro vive um embate silencioso, mas intenso, provocado pela implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de 2018, que redefine não apenas o que as crianças aprendem, mas como os futuros professores são formados para pensar.

A motivação para este estudo surge da inquietação diante do rumo que a formação docente está tomando nas universidades. Vivemos um tempo de pressões por resultados rápidos e habilidades práticas, o que muitas vezes deixa pouco espaço para a reflexão teórica profunda. Nesse contexto, surge a pergunta central: estamos formando intelectuais capazes de analisar a realidade e propor mudanças, ou estamos apenas treinando técnicos para executar manuais produzidos por grupos distantes da sala de aula? Essa dúvida é o motivo desta pesquisa, que busca entender como o espaço da ciência e da crítica está sendo preservado ou invisibilizado dentro dos currículos de Pedagogia frente às novas exigências normativas.

Essa preocupação se torna ainda mais urgente quando observamos como a categoria "trabalho" está sendo tratada. Para a tradição marxista, que conta com grandes pensadores da nossa educação como Dermeval Saviani (2013) e Gaudêncio Frigotto (2010), o trabalho é muito mais do que uma forma de ganhar a vida; ele é a atividade vital que nos diferencia das outras espécies, pois é por meio dele que transformamos a natureza e construímos a cultura.

No entanto, ao analisarmos o texto da BNCC (2018), percebemos que esse sentido amplo e humano de transformação está sendo substituído por uma visão muito estreita. O "trabalho" aparece quase sempre associado a conceitos como "empreendedorismo", "projeto de vida" e "adaptabilidade", termos que focam mais na aceitação do mercado de trabalho atual do que na compreensão crítica de como esse mercado funciona e de como ele gera desigualdades. Essa mudança de linguagem não é inofensiva. Ela afeta diretamente a identidade do pedagogo-pesquisador em formação.

Quando a graduação prioriza o "como fazer" em detrimento do "por que fazer", o aluno de iniciação científica é induzido a trocar a pesquisa sobre as causas das injustiças sociais por pesquisas sobre como gerir melhor o tempo de aula ou como aplicar competências socioemocionais, fenômeno que Newton Duarte (2011) identifica como o esvaziamento do papel do conhecimento. Justifica-se esta pesquisa, portanto, pela necessidade de resgatar o pensamento crítico como uma ferramenta de sobrevivência intelectual. É preciso garantir que o pesquisador iniciante tenha condições de enxergar as contradições do sistema educacional e de entender que a educação é um direito de humanização integral, e não um simples treinamento para a sobrevivência no capitalismo.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho foi construído por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo. Buscando analisar o texto da BNCC (2018) com os conceitos fundamentais do marxismo e da Pedagogia Histórico-Crítica, estabelecendo um diálogo entre a prática e a teoria fundamentada em autores como Motta e Frigotto (2017). O objetivo deste trabalho é analisar como o esvaziamento da ideia de trabalho na BNCC impacta a formação de pesquisadores em Pedagogia, discutindo os desafios de manter viva uma ciência da educação que seja, de fato, crítica, autônoma e voltada para a emancipação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Entendendo a problemática

Para compreendermos o impacto da BNCC (2018) na formação do pesquisador, precisamos primeiro resgatar o que o referencial marxista entende por "trabalho".

Longe de ser apenas uma ocupação remunerada, o trabalho é a categoria ontológica que constitui o ser humano. Segundo Marx (2013), o homem se diferencia dos outros animais quando passa a produzir seus próprios meios de vida. Esse processo é o que permite a criação da cultura, da linguagem e da própria consciência.

Ao pesquisar em Pedagogia sob esta lente, o graduando entende que a educação é, por excelência, um complexo social advindo do trabalho, que visa produzir a humanidade em cada indivíduo.

Conforme sustenta Saviani (2013), o papel da escola é socializar o conhecimento científico para que todos tenham acesso às ferramentas de compreensão da realidade. No entanto, quando o pesquisador se depara com as orientações curriculares atuais, percebe um choque: o trabalho deixa de ser visto como esse processo de humanização integral para ser reduzido a uma mercadoria.

É fundamental compreender que a ênfase da BNCC (2018) na flexibilidade e na autonomia do estudante não representa uma libertação, mas uma nova modalidade de controle. Ao substituir a centralidade do conhecimento objetivo pela "gestão de si", o documento retira do professor pesquisador a sua função de mediador do conhecimento. Sob a ótica de Marx (2013), essa transferência de responsabilidade individualiza a formação, ocultando que o suposto "protagonismo" do aluno está, na verdade, limitado pelas mazelas impostas pela produtividade capitalista, que dita quais saberes são úteis para a reprodução do sistema.

Ao analisarmos o documento da BNCC (2018), especialmente as competências gerais nº 6 (Trabalho e Projeto de Vida) e nº 10 (Responsabilidade e Cidadania), notamos que o termo "trabalho" aparece quase sempre acompanhado da expressão "mundo do trabalho". Para autores como Gaudêncio Frigotto (2010) e Motta e Frigotto (2017), essa escolha de palavras não é neutra, ela reflete um projeto de educação que atende as demandas do capitalismo.

Diferente da proposta marxista de formação omnilateral que visa o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, a BNCC foca na empregabilidade.

Somado a isso, o pesquisador deve atentar para o fato de que a pedagogia das competências atua como um mecanismo de rebaixamento intelectual das classes populares. Enquanto as elites acessam a ciência densa, a escola pública é pressionada a focar em habilidades comportamentais. Essa dualidade educativa, discutida por Saviani (2013), replica a divisão social do trabalho no interior do currículo.

O pesquisador iniciante, ao analisar o documento, nota que se espera que o aluno aprenda a ser "resiliente", "adaptável" e "empreendedor". Sob a ótica de Marx (2013), isso nada mais é do que uma forma de aprofundar a alienação onde o indivíduo é treinado para aceitar as condições do mercado como naturais e imutáveis, e não para questionar por que o trabalho, que deveria libertar, acaba por oprimir.

Nesse sentido, a formação do pesquisador em Pedagogia sofre um esvaziamento. Em vez de investigar as causas estruturais do desemprego ou da precarização docente, o graduando é estimulado a pesquisar metodologias que ajudem o aluno a se "ajustar" a essa realidade. Como alerta Newton Duarte (2016), esse pragmatismo retira do horizonte da pesquisa a possibilidade de transformação radical da sociedade.

Um dos pontos mais sensíveis para o pesquisador em Pedagogia é a análise da competência "Trabalho e Projeto de Vida". No texto da BNCC (2018), o projeto de vida é apresentado como uma jornada de autoconhecimento e planejamento individual. Frigotto (2010) discute como essa individualização serve ao sistema, transferindo para o sujeito a responsabilidade por seu percurso. Outro elemento que o pesquisador deve desvelar é a falácia da "empatia" presente nas competências socioemocionais. Embora apresentada como virtude humanitária, ela serve para amortecer o conflito de classes. Pois a verdadeira empatia nasce da solidariedade de classe e do acesso à verdade histórica, e não por exercícios de autorregulação.

No entanto, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, essa centralidade no indivíduo esconde as condições coletivas de existência. Frigotto (2010) discute como essa individualização serve aos interesses de manutenção do sistema:

A ideologia do projeto de vida transfere para o sujeito a responsabilidade por seu percurso no mercado, ignorando que as oportunidades de 'escolha' são determinadas pela posição que este ocupa na estrutura de classes. Ao focar no esforço pessoal, a política educacional despolitiza o debate sobre o desemprego e a precarização, apresentando-os como falhas de planejamento individual (Frigotto, 2010, p. 89).

Dessa forma, o estudante de graduação, ao pesquisar este tema, deve ser orientado a perceber que o "projeto de vida" proposto pela base é, na verdade, um projeto de adaptação. Em contrapartida, a pesquisa marxista busca o que Saviani (2013) denomina como a compreensão da essência dos fenômenos, permitindo que o aluno entenda o trabalho não como um destino individual, mas como uma construção social.

A formação do pesquisador crítico exige o domínio dos conteúdos científicos densos. Contudo, a BNCC (2018) prioriza as competências socioemocionais (como resiliência e empatia) em detrimento do conhecimento acadêmico sistematizado. Newton Duarte (2016) alerta que esse esvaziamento curricular é uma estratégia de controle social:

Não se trata apenas de uma mudança de termos, mas de uma alteração na função social da escola. Quando o conteúdo científico é secundarizado em favor do 'aprender a aprender' ou do desenvolvimento de atitudes comportamentais, retira-se da classe trabalhadora o acesso à verdade objetiva. Sem o conhecimento denso, o pesquisador torna-se incapaz de realizar a crítica à economia política da educação (Duarte, 2016, p. 112).

Para o pesquisador em Pedagogia, essa constatação é vital. Se a pesquisa na graduação for pautada apenas pelo que a BNCC (2018) exige, o futuro professor não terá fundamentação para questionar por que certos conhecimentos são considerados "úteis" e outros "descartáveis".

A resistência acadêmica passa, obrigatoriamente, pela defesa do ensino dos conteúdos clássicos, que são aqueles que permitem a leitura da totalidade social.

Para concluir esta seção do desenvolvimento da problemática do artigo é preciso destacar que a pesquisa sobre o marxismo na graduação não é um exercício puramente teórico. Ela é práxis. Conforme afirma José Paulo Netto (2011), o método marxista exige que o pesquisador se envolva com a realidade para transformá-la. No cenário da Pedagogia, isso significa produzir investigações que denunciem o caráter mercadológico das reformas atuais.

A formação de pesquisadores em Pedagogia, portanto, deve ser um espaço de confronto com o pragmatismo. Como aponta Motta e Frigotto (2017), a pesquisa crítica é o que impede que o pedagogo se transforme em um mero aplicador de competências:

A resistência no campo da pesquisa exige a retomada das categorias de totalidade e contradição. Somente ao entender a educação como parte de um todo social e econômico é que o pesquisador poderá propor alternativas que não se limitem a 'melhorar o sistema', mas que busquem, fundamentalmente, a emancipação humana (Motta e Frigotto, 2017, p. 52).

A fragmentação do conhecimento não é um erro de percurso, mas uma estratégia pedagógica que atende à lógica da produção flexível. Ao dividir o currículo em itinerários e competências isoladas, a BNCC (2018) rompe com a possibilidade de o estudante compreender a totalidade social. Como bem observa Kuenzer (2007), essa fragmentação reflete a própria divisão do trabalho no sistema capitalista:

A fragmentação curricular, ao separar o pensar do fazer e ao diluir os conteúdos científicos em competências práticas, reproduz na escola a mesma lógica da fábrica. O aluno recebe pedaços de conhecimento que não se conectam, o que o impede de desenvolver uma consciência crítica sobre a sua própria condição de classe e sobre o funcionamento global da sociedade (Kuenzer, 2007, p. 34).



Dentro desse cenário de fragmentação, surge com força na BNCC (2018) a palavra de ordem: resiliência. No documento, ser resiliente é apresentado como uma virtude socioemocional necessária para lidar com as adversidades e os desafios do "projeto de vida". Entretanto, sob a ótica marxista, o uso dessa palavra revela um profundo processo de alienação.

Para Marx (2013), a alienação ocorre quando o homem não se reconhece no produto do seu trabalho e aceita as condições de opressão como se fossem leis naturais da vida. Ao ensinar a resiliência em vez da resistência, a escola está, na verdade, ensinando a aceitação da exploração. Gaudêncio Frigotto (2010) critica essa psicologização dos problemas sociais:

A resiliência é o conceito perfeito para a gestão da barbárie. Em vez de transformarmos as condições desumanas de trabalho e vida, treinamos o indivíduo para ser 'elástico', para suportar a pressão sem romper com o sistema. É a pedagogia da adaptação levada ao limite, onde o sofrimento causado pela desigualdade é tratado como uma questão de falta de equilíbrio emocional do sujeito (Frigotto, 2010, p. 125).

Portanto, para o pesquisador em Pedagogia, investigar o sentido da resiliência na BNCC (2018) é desvelar o fetiche da autonomia individual. A alienação se completa quando o sujeito acredita que o seu sucesso ou fracasso depende apenas de sua capacidade emocional de suportar as crises do capital. A pesquisa marxista na graduação deve, então, combater essa visão fragmentada e resiliente, propondo uma formação que devolva ao sujeito a sua capacidade de indignação e de práxis coletiva. Como afirma Newton Duarte (2016), a função da educação não é tornar o aluno resiliente à injustiça, mas dar a ele as ferramentas intelectuais para superá-la.

A formação de pesquisadores deve ser um espaço de confronto com o pragmatismo. Como apontam Motta e Frigotto (2017), a pesquisa crítica impede que o pedagogo se torne um mero aplicador de competências. Investigar o sentido da resiliência é desvelar o fetiche da autonomia individual. A pesquisa marxista deve, então, combater essa visão fragmentada, propondo uma formação que devolva ao sujeito a sua capacidade de indignação e de práxis coletiva. Somente através de uma formação que integre ciência, arte e filosofia será possível formar pedagogos que possuam as ferramentas intelectuais para superar a BNCC em direção a uma educação verdadeiramente emancipatória.

Conclusão

A implementação da BNCC (2018) consolida um projeto de educação subordinado à lógica do capital. O documento promove o esvaziamento da categoria trabalho em favor de um tecnicismo

pedagógico limitador. A centralidade nas competências e habilidades retira o foco do conhecimento científico sistematizado. Esse processo resulta na desestruturação da formação docente e do pesquisador em Pedagogia.

A lógica das competências subordina a pesquisa acadêmica na graduação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. A fragmentação curricular, aliada aos processos formativos, impede a compreensão da totalidade social pelo pesquisador em formação. O conhecimento deixa de ser uma ferramenta de emancipação para se tornar um material produtivo flexível.

O conceito de resiliência opera como uma sofisticada ferramenta de alienação no ambiente escolar. Ele individualiza problemas que são, na verdade, estruturais e econômicos. A pedagogia da adaptação substitui a pedagogia da resistência e da transformação social. O sujeito alienado aceita a precariedade como uma condição natural de seu "projeto de vida".

Nesse sentido, a BNCC atua como um mecanismo de interrupção do pensamento dialético. Ao converter a educação em um conjunto de procedimentos operacionais, o Estado retira do docente a sua função de intelectual e o reduz à condição de tutor de habilidades socioemocionais. Essa mutação ontológica da docência visa domesticar o conflito de classes inerente ao espaço escolar, substituindo a luta por direitos pela gestão do "eu" e pelo empreendedorismo de si. O pesquisador em Pedagogia, sob essa perspectiva, é pressionado a produzir dados que validem a eficiência dessas competências, em vez de investigar as causas reais do fracasso escolar e da desvalorização do trabalho pedagógico.

A formação de pesquisadores em Pedagogia sofre uma retração teórica que compromete a análise crítica da realidade. A pesquisa na graduação deve ser reafirmada como práxis voltada para a superação da lógica do capital. A retomada do referencial marxista e da Pedagogia Histórico-Crítica é imperativa para a resistência docente.

É urgente que os cursos de licenciatura resistam ao pragmatismo que tenta transformar a universidade em um centro de treinamento para a implementação da BNCC. A pesquisa acadêmica não pode se limitar ao "como fazer", mas deve insistir no "por que fazer" e "a quem serve" tal conhecimento. A formação crítica exige um recuo teórico profundo, que combata a fragmentação do saber e restitua ao professor o seu papel como mediador da cultura elaborada e militante da transformação social.

A universidade, como locus de produção de ciência, precisa ser o anteparo contra o obscurantismo pedagógico que traveste o conformismo de "inovação".

Conclui-se que o resgate da categoria trabalho como princípio educativo é a única via para uma formação humana integral. A universidade deve permanecer como o espaço da defesa da ciência contra o pragmatismo da BNCC (2018). A emancipação humana exige uma educação que desvele as contradições sociais em vez de mascará-las.

Além disso, a crítica apresentada evidencia que a BNCC não atua apenas como um documento orientador, mas como parte de um projeto mais amplo de reconfiguração da educação brasileira, alinhado às exigências do neoliberalismo contemporâneo. Nesse cenário, a ênfase na mensuração de resultados e no desenvolvimento de competências operacionais reforça a lógica da performatividade, na qual o valor do conhecimento é medido por sua aplicabilidade imediata. Tal perspectiva contribui para o enfraquecimento de uma formação intelectual sólida, comprometida com a análise histórica e social, deslocando o sentido da educação de um direito social para um investimento individual.

Ademais, torna-se necessário destacar que a precarização da formação docente e da pesquisa em Pedagogia não ocorre de forma isolada, mas está articulada a um conjunto de políticas educacionais que desresponsabilizam o Estado e transferem para o indivíduo o ônus de seu sucesso ou fracasso. Essa individualização, já apontada no discurso da resiliência, reforça a culpabilização do sujeito e reforça as determinações estruturais que condicionam as desigualdades educacionais. Nesse contexto, a pesquisa crítica assume um papel ainda mais relevante, pois permite desnaturalizar essas relações e evidenciar os interesses que sustentam tais políticas.

Por fim, a defesa de uma formação ancorada na categoria trabalho e na perspectiva histórico-crítica não se configura apenas como uma alternativa teórica, mas como uma necessidade política e ética. Reafirmar o compromisso da universidade com a produção de conhecimento crítico implica resistir às investidas que buscam reduzir a educação a uma função instrumental. Assim, a conclusão proposta se fortalece ao evidenciar que a emancipação humana depende de uma educação comprometida com a transformação social, capaz de formar sujeitos que compreendam e intervenham nas contradições do mundo em que vivem.

Nesse sentido, torna-se fundamental reafirmar a pesquisa como um espaço de enfrentamento teórico e político, capaz de tensionar as bases que sustentam a racionalidade instrumental presente nas políticas educacionais contemporâneas. A produção do conhecimento, quando orientada por uma perspectiva crítica, não apenas denuncia os limites impostos pela lógica do capital, mas também aponta possibilidades concretas de superação, ao fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a coletividade e com a transformação social. Assim, mais do que resistir, trata-se de construir, no interior da universidade e da escola, caminhos que reafirmem a educação como prática social emancipadora, resgatando seu sentido público, histórico e profundamente humano.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuições à pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura social capitalista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio: construir a fragmentação**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a BNCC é a política de educação da classe dominante? **Revista Movimento**, v. 4, n. 7, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

